

História de uma Ética Protestante Tropical: Memória e Trajetória da Fábrica de Chapéus Mangueira (1857-1903)

Lyndon de Araújo Santos*

Resumo: Abordagem sobre a memória e a trajetória da Fábrica de Chapéus Mangueira na cidade do Rio de Janeiro, identificando o seu contexto de origem e seus principais agentes sociais. Propõe-se o debate sobre a historicidade das práticas de determinadas concepções éticas, tomando o protestantismo como experiência religiosa e histórica. Pretende-se analisar historicamente a aplicação de uma visão de mundo religiosa com sua ética ligada ao trabalho, ao mundo da produção, ao sagrado e aos valores culturais.

Palavras-chave: Fábrica, ética protestante, historicidade, visão de mundo.

Abstract: This work is an approach to the memory and the life of *Mangueira* Hat Factory in the city of Rio de Janeiro, identifying its origins and its main social agents. We propose a debate about the historicity of the practices of some ethical conceptions, taking Protestantism as a religious and historical experience. We intend to make a historical analysis of the application of a religious world view with its ethics linked to labor, to production, to the sacred context and to cultural values.

Key words: Factory, protestant ethics, historicity, world view.

Introdução

Este texto aborda a trajetória de uma família proprietária de uma fábrica de chapéus no Rio de Janeiro, desde meados do século XIX, cujos proprietários eram protestantes. Nossa análise possui singular interesse para a história cultural e religiosa no Brasil. E, não somente para estas dimensões, mas, também para a história econômica e para a história da cidade do Rio de Janeiro.

A fábrica funcionou voltada tanto para a produção visando um mercado consumidor, como para a expansão da nascente fé protestante no Brasil. Estas esferas foram mediadas por uma dada ética protestante incorporada enquanto discurso, valores, práticas e estratégias. O território fabril constituiu processos importantes nas dimensões da cultura, da economia e da religiosidade, a partir das relações familiares, eclesiásticas e econômicas. Tem-se, portanto, uma experiência concreta de como valores protestantes oriundos do puritanismo inglês foram aplicados nos trópicos.

A criação, estruturação e desenvolvimento da Fábrica de Chapéus Mangueira, por cerca de um século, de propriedade da família Fernandes Braga, estabeleceu não somente a

* Professor do Depto. de História da UFMA, Doutor em História.

fabricação de chapéus, mas a fabricação de sentidos para agentes sociais situados no campo religioso. Ela financiou obras religiosas, assistenciais, eclesiásticas e culturais, configurando-se em um importante objeto de estudo histórico a partir da questão sobre a sua trajetória nas condições colocadas pelo capitalismo brasileiro e internacional.

Para os limites dessa apresentação, retomaremos os primórdios da fábrica no Rio de Janeiro, identificando o contexto e seus principais agentes sociais. Essa análise inicial propõe a inserção do debate sobre a historicidade das práticas de determinadas concepções éticas, tomando o protestantismo como experiência religiosa e histórica.

A apropriação da Ética Protestante

José Luiz Fernandes nasceu em 16 de maio de 1842, na cidade de Braga em Portugal. Chegou ao Brasil em 15 de outubro de 1858 quando tinha 16 anos de idade, a fim de auxiliar seu irmão, José Antônio Fernandes Braga, na produção de chapéus na sua fabriqueta e de "tentar fortuna" (LUZ, 1932: 446). Em 1862, levado por João Manoel Gonçalves dos Santos, seu amigo e futuro pastor da Igreja Evangélica Fluminense, à casa de Francisco da Gama, aceitou a fé protestante e veio a ser batizado e recebido pela Igreja em 6 de dezembro de 1863. Mais tarde, em 1 de dezembro de 1869, acrescentou o sobrenome *Braga*, pelo fato de ser sempre identificado com a sua cidade de origem.

Ao se apropriar da ética religiosa protestante, negou-se a trabalhar aos domingos, encontrando forte oposição por parte do irmão e de seu sócio.¹ Ao sair expulso da fábrica, foi trabalhar como vigia das *chatas* do porto do Rio de Janeiro, embarcações tracionadas por pequenos barcos que traziam mercadorias dos navios que não tinham espaço para aportar. Este trânsito era feito durante o dia e, durante à noite, era preciso que se vigiasse as mercadorias que aguardavam o descarregamento no outro dia. O emprego de baixa reputação na época foi conseguido a partir da influência de Robert Reid Kalley² junto à colônia britânica.

Não se sabe quanto tempo trabalhou no porto como vigia noturno. No entanto, o sócio do irmão o procurou tempos mais tarde e lhe ofereceu a parte da sociedade que pertencia a José Antônio Fernandes Braga, pois este havia retornado a Portugal definitivamente, vindo a falecer. José Luiz, por motivos religiosos e por haver saído da fábrica do irmão, havia rompido relações com a família em Braga, Portugal. Sua cunhada viúva autorizou o sócio do

¹ De nome desconhecido, assim como o primeiro local da fábrica.

² Médico e missionário protestante, escocês, fundador da Igreja Evangélica Fluminense, no Rio de Janeiro, em 1858.

irmão a procurá-lo, assumir a parte do falecido e enviar os rendimentos para Portugal. Comprou a parte do irmão e do sócio, ficou proprietário de toda a fábrica e saldou todas as dívidas com sua família.

Em agosto de 1868, o Consulado Geral do Brasil no Rio de Janeiro emitiu um passaporte para ida a São Paulo de José Luiz. Tinha a idade de 26 anos, de estatura regular, de cor clara e olhos castanhos escuros. Designara-se caixeiro por profissão, não havendo nenhuma indicação quanto às suas ligações com a fabricação de chapéus. A mentalidade de Braga conciliou a religiosidade com a expansão dos seus negócios, por meio de uma ética pessoal e gerencial.

Os negócios temporais têm corrido bem, graças a Deus; e creio que esse fato é o resultado das petições a Ele dirigidas, para provar aos inimigos que se pode servir ao SENHOR em qualquer posição. O crédito da casa aumenta: os homens do mundo têm grande confiança no que dizemos. Eis uma razão para vigiarmos contra o Inimigo das nossas almas, por este lado (ROCHA, 1942: 219).

Seu testemunho atribuía a Deus os negócios bem sucedidos, resultado das orações. Provavelmente, José Luiz enfrentava críticas de *inimigos* de que sua posição social ou profissão não condiziam com a religiosidade evangélica. Mas, o argumento de que “se pode servir a Deus em qualquer posição” era provado pelo aumento do crédito da casa por parte dos “homens do mundo”, ou seja, dos não protestantes ou fora da igreja, e devido à honestidade das suas palavras. A conclusão era a reafirmação de um estado de vigilância moral e religiosa contra o “Inimigo das nossas almas”, o diabo, responsável por ameaçar a segurança dos seus negócios e de sua vida pessoal. Um eco do princípio calvinista da vocação ser vivida no mundo por meio de uma ética exemplar e como evidência de sua eleição, num permanente estado de luta moral e espiritual.

“Salvem os livros”

Apesar de iniciar suas atividades desde os anos de 1857/1858, a ano de 1868 pode ser considerado como o início de uma nova fase da fábrica, que teve como nome *Fernandes Braga & Cia.*. Os dez primeiros anos (1857-1868) estão obscuros perante os dados e fontes disponíveis. Sabe-se, porém, que, neste período, Braga auxiliou o irmão e o sócio, rompeu com a família e a fábrica e, depois, retornou aos negócios para expandi-los definitivamente. A fábrica funcionou de 1868 a 16 de Setembro de 1896 na rua de São Pedro nº 100, 102 e 104 e Theophilo Ottoni nº 93, “nestes quatro prédios comunicados entre si, ocupando os andares térreos e superiores” (FUENTES, 1900: 58).

Antes de 1868, como muitas outras atividades fabris no Rio de Janeiro de então, a produção de chapéus limitou-se a uma manufatura quase totalmente artesanal, com tecnologia trazida da cidade de Braga, Portugal. Com José Luiz a pequena fábrica tomou impulso e expressão, aumentando os negócios, favorecido pela conjuntura econômica que permitiu tal crescimento. Em 19 de maio de 1872, José Luiz percorreu Paris e Londres com o propósito de importar tecnologia e investir no Brasil, “visitando várias fábricas para introduzir melhoramentos em sua fábrica no Rio” (ROCHA, 1942: 462).

Entre 1868 e 1896 ocorreu a expansão dos negócios tanto no mercado interno como no externo, a importação de tecnologia e a consolidação da produção. O incêndio em 1896 marcou um ciclo de crescimento e a necessidade de deslocamento da fábrica para outro local menos insalubre, mais apropriado para a escala maior de produção. Ao saber que sua propriedade estava em chamas, José Luiz, que estava assistindo a um culto na Igreja Evangélica Fluminense, correu até o local e declarou a sua preocupação dizendo “salvem os livros”. Ele se referia aos livros com registros contábeis da fábrica, tendo a preocupação em não parecer ter sido um incêndio criminoso e provocado por questões de dívidas. Cerca de 130 empregados perderam seus empregos por conta do incêndio (O CRISTÃO, 1896: 15).

Em dois anos as novas dependências da fábrica foram construídas à altura da primeira parada dos trens quando partiam da estação Pedro II. No local havia uma grande mangueira que servia de referência, tornando-se a *estação primeira da Mangueira*. Ali, em torno da grande mangueira a fábrica foi construída com novos maquinários e estrutura para aumento da produção, juntamente com casas para os operários. A região de São Cristóvão era, nessa época, a direção para onde as fábricas se deslocavam, concentrando mão-de-obra e novos bairros de ocupação (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES, 1991).

A fábrica foi re-inaugurada no dia 20 de setembro de 1898, dois anos após o incêndio, e contava com cerca de 80 a 100 operários. O culto realizado nas novas dependências revelou a conciliação dos dois universos complementares e componentes daqueles protestantes, a Igreja e a Fábrica.

Depois do meio-dia, presentes os convidados, reuniu-se o pessoal da fábrica em quadrado, e depois de cantado o hino I, o pastor João M. G. dos Santos leu o Salmo I, fez uma exortação e disse que não vinha benzer a fábrica nem as máquinas [grifo meu] mas implorar a direção e bênção de Deus sobre o proprietário e operários. O Sr. Leônidas em seguida tomou a palavra e fez um tocante discurso, sendo cantado no fim o hino 200. Depois foram as máquinas postas em movimento trabalhando nelas cerca de 80 a 100 operários. Esta fábrica não funciona aos domingos (O CRISTÃO, 1898: 12).

As atividades produtivas foram retomadas num contexto que se tornaria conflituoso com ondas de greves por parte do operariado em formação. Até o ano de 1903 podemos ter os seguintes períodos da fábrica:

QUADRO 01 – Períodos da Fábrica de Chapéus Mangueira (1857-1903)

Períodos	Nomes	Condições da Produção	Marcos	Número de Empregados
1857/58 a 1868	-	Início da fábrica Manufatura artesanal	Propriedade de José Antônio Fernandes Braga	-
1868 a 1896/98	Fernandes Braga & Cia.	Tecnologia importada	Propriedade de José Luiz Expansão mercados interno e externo Incêndio	130
1898 a 1903	Fábrica de Chapéus Mangueira	Reconstrução e renovação tecnológica	Visita de Campos Sales Crescimento e ondas grevistas.	80 a 100

A Metafísica do Chapéu

Em 1884, temos o registro da divisão interna do trabalho da fábrica, do salário diário dos operários, das funções exercidas, da mão-de-obra especializada e da ética religiosa protestante. A mão-de-obra mais especializada era feita por estrangeiros, e a remuneração era diferenciada para os homens e para as mulheres, que ganhavam menos. O exemplo de um casal em *trabalhar* e *evangelizar*, compõe o ideal de um operário ou trabalhador protestante.

O Sr. José Luiz Novais está em minha fábrica, com sua senhora, desde que vieram de Portugal. Ele é ajudante de contra-mestre e chefe de uma repartição; ganha 4\$800 por dia. A sua senhora é chefe das moças forradeiras e ganha 2\$500 por dia. Nesta repartição, tenho muitas filhas de crentes que, se não fosse este emprego e o bom exemplo da Sra. D. Henriqueta, andariam dando escândalo. Tanto ela como seu marido são dois exemplares de comportamento - tanto a respeito de suas obrigações, como quanto ao testemunho de cristãos. Não descansam: largando o trabalho, vão falar com uma e com outra pessoa, do Evangelho. Oxalá que houvesse muitos crentes assim! (ROCHA, 1942: 240).

As funções principais, como contra-mestre, ajudante de contra-mestre, chefe de repartição e chefe das moças, eram exercidas por operários que fossem exemplos de conduta *cristã*. As moças forradeiras que cumpriam uma tarefa básica na manufatura dos chapéus tinham diante de si um exemplo não só de eficiência profissional como de testemunho cristão. Tem-se neste relato também, a indicação de que Igreja e fábrica estavam interligadas, pois *muitas filhas de crentes* trabalhavam na produção dos chapéus, embora com uma ética religiosa ambígua (*andariam dando escândalo*). O "campo de atuação da mulher fora do lar

circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que a colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório" (RAGO, 1985: 65).

A expansão e o crescimento da produção de chapéus enquadram-se na conjuntura urbana e industrial do Rio de Janeiro. O censo de 1870 indicou o setor secundário composto de 44.381 artífices e operários e o de 1872, 39.139 trabalhadores das "manufaturas, artes e ofícios". Os números relativos a 1872 ainda discriminam "18.119 trabalhadores engajados nas dez principais profissões manuais ou mecânicas arroladas" (BENCHIMOL, 1992: 81):

Quadro 02 - Trabalhadores em manufaturas de chapéus.

MODALIDADE	TRABALHADORES	LIVRES	ESCRAVOS	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS
Metais	2987	2711	276	1112	1599
Madeiras	5920	5230	690	2276	2954
Vestuário	2519	2287	232	-	-
Chapéus	498	-	34	144	320
Calçados	2000	1812	188	563	1249
Couros e peles	529	465	54	-	-

A categoria de fabricante de chapéus era pequena em relação a outras categorias, com maioria de mão-de-obra estrangeira e com alguma presença de escravos. No entanto, estava entre as dez principais profissões manuais e mecânicas reconhecidas pelo censo de 1872. Entre os fabricantes estrangeiros e brasileiros havia um total geral de 822, para 2007 de *capitalistas e proprietários* (BENCHIMOL, 1992: 83). José Luiz Fernandes Braga fazia parte desta fatia crescente da população carioca que acompanhava o ritmo do crescimento econômico e das melhorias urbanas.

Para Jeffrey D. Needell, desenvolveu-se no séc. XIX no Rio de Janeiro, o que ele denominou de *fetichismo de mercadoria* que, em outras palavras, significou a febre de imitação e de consumo das modas européias, especialmente a francesa. Desde 1808, este florescente comércio alimentou o ideário da nobreza parisiense na mentalidade da elite carioca. Não havia manufaturas de produto de luxo no Rio de Janeiro devido à carência de "um mercado urbano compatível ao comércio de luxo de Paris e Londres" (NEEDEL, 1993: 191).

A partir de 1870 surgiram as lojas de departamentos que vendiam produtos importados. O vestuário fazia parte da preocupação da elite carioca em acompanhar as ondas da moda parisiense, não importando o quanto este vestuário era inadequado ao clima tropical.

Os alfaiates do Ouvidor, famosos, reproduziam os modelos europeus. José Luiz buscou atender às necessidades de um mercado mais popular. A sua produção distinguia-se destas lojas, pois não se destinava, num primeiro momento, à concorrência com os produtos (chapéus) franceses. Também procurava uma produção maior para o consumo das classes médias e pobres urbanas cariocas, distantes do luxo europeu. Nos anos finais do séc. XIX e iniciais do séc. XX os Chapéus Mangueira ganharam prêmios no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa.

O chapéu fazia parte do vestuário de qualquer cidadão que fizesse parte da *civilização* e, conforme a visão da época, conseqüência da situação moral de um indivíduo ou de um povo (NEEDELL, 1993: 200). O chapéu cumpria um papel social como peça do vestuário. Além de inserir o indivíduo na civilização e na moral, o chapéu obedecia a normas de comportamento, indicando a escala social onde se encontrava quem o usava.

Miécio Tati reconstituiu a visão social do uso do chapéu a partir dos textos de Machado de Assis que, como poucos, falou sobre a vida carioca no séc. XIX, de seus costumes, valores e instituições. Era uma peça indispensável ao vestuário masculino e o não habitual era andar sem chapéu pelas ruas. Era uma cobertura obrigatória para as cabeças masculinas que poderiam ser reconhecidas pelo modelo que usavam. Comprados na Corte ou fabricados em Paris, "o importante era cobrir-se", de acordo com as situações e os contextos. O ato de escolher um modelo de chapéu foi assim descrito por um dos seus personagens: "A escolha do chapéu não é uma ação indiferente, como você pode supor; é regida por um princípio metafísico" (TÁTI, 1991: 120).

Um Capitalismo sem Ética Protestante

A decadência do Vale do Paraíba, a abolição da escravatura, o encilhamento e a explosão populacional, trouxeram modificações drásticas à economia da província e da cidade do Rio de Janeiro. Estes fatores formaram um "elenco de condições favoráveis ao surto industrial ocorrido no início dos anos noventa, que deu origem aos primeiros segmentos tipicamente fabris, na acepção clássica das revoluções industriais que marcaram o advento do capitalismo na Europa" (BENCHIMOL, 1992: 173).

A fábrica de Fernandes Braga que já contava com uma experiência desde meados do século, foi ainda mais favorecida por este surto do fim do século. Um crescente mercado de consumo, o fácil acesso às matérias-primas e máquinas importadas da Europa pela estrutura portuária da cidade e uma "força de trabalho disponível em abundância" funcionaram como condições favoráveis à consolidação e à expansão da fábrica neste período.

José Murilo de Carvalho discorreu sobre o impacto da proclamação da República entre a elite política e em toda a população, no âmbito das mentalidades. O processo desencadeado pela "saída da figura austera e patriarcal do velho imperador", foi de afrouxamento do padrão de moral e de honestidade. Isto refletiu no tipo de capitalismo praticado de forma predatória e, segundo o autor, "desacompanhado da ética protestante", estimulado pelo encilhamento dos anos 90 (CARVALHO, 1987: 26,27).

Certamente favorecida pela onda de especulação e investimentos que veio pelo encilhamento, a fábrica, porém, teve outra postura. Em 1898, José Luiz instalou-a na região de São Cristóvão, perto da estação da Mangueira, uma das áreas de maior concentração industrial do Rio de Janeiro. O censo industrial realizado em 1907 confirmou esta área como concentradora da maior parte do parque industrial carioca (BENCHIMOL, 1992: 175).

O nascente protestantismo foi diretamente favorecido pela ética religiosa de José Luis Fernandes Braga: um português, ex-católico, proprietário de uma fábrica de cerca de 100 empregados, que tinha uma ética caracterizada pelo ascetismo moral, um dado ausente no conjunto das práticas do tipo de capitalismo estabelecido no Brasil. Num país situado na periferia do sistema econômico e de tradições católica, escravista e patriarcal, a experiência pontual de uma ética religiosa protestante proporcionou a conseqüente acumulação de capital, mas também a contribuição para a formação de um *ethos* protestante e evangélico.

O excedente e o lucro eram canalizados para igrejas e entidades civis do mundo protestante (Associação Cristã de Moços, Sociedades Bíblicas e o Hospital Evangélico). Além disso, havia o sustento de missionários, o auxílio para as Igrejas em Portugal, a construção de templos. A fábrica sobreviveu às mudanças do capitalismo nacional até a década de 1960 do século XX, uma exceção diante no contexto industrial brasileiro.

Braga inaugurou uma *casa de oração* no subúrbio da Mangueira com o terreno e os custos da construção supridos por ele. Estabeleceu-se um *complexo* industrial, eclesiástico e familiar, compondo num mesmo espaço físico as dependências da fábrica, um templo e casas para os operários (O CRISTÃO, 1907: 13). Pois todas as condições deveriam ser dadas para que todos ouvissem a pregação da fé evangélica. O operariado era visto não somente como mão-de-obra empregada, mas como futuros conversos. A fábrica era um veículo de evangelização de operários que, por sua vez, eram supridos com moradia, assistência médica e um templo religioso. O proprietário e patrão era um supridor do alimento do corpo e da alma, através do trabalho aqui na terra e da salvação a ser ganha no céu.

Esta postura patronal-religiosa pode ser conciliada com a análise que considera este período formador de uma ação pedagógica paternalista dos patrões industriais, que se

esforçavam em "determinar os caminhos da formação do proletariado", higienizar a fábrica, prover assistência social aos operários, protegê-los, a fim de atenuar - e negar - os conflitos entre capital e trabalho (RAGO, 1985: 32-47). Fernandes Braga, porém, acrescentou a estes benefícios a religião, a partir de sua ética.

Considerações Finais

A história da Fabrica de Chapéus Mangueira e seu proprietário abre caminhos para avaliar a tese weberiana de que, cultural e historicamente, procedeu-se a uma vinculação entre a ética calvinista protestante e o espírito do capitalismo. A historicidade da aplicação dessa ética no contexto brasileiro com as suas particularidades sociais, econômicas e culturais, ajuda a rever tal assertiva. Isso pelo fato de que toda ética está condicionada à situação histórica de sua experimentação.

A ética protestante de José Luiz Fernandes Braga se deu em condições históricas únicas, constituída no contexto cultural adverso e num tipo de capitalismo periférico e dependente do centro do sistema. Ela estendeu seus valores e visões de mundo à relação entre produção e sagrado, entre trabalho e religiosidade, entre conflitos de classe e conciliações. Enfim, uma fábrica de sentidos funcional aos seus sujeitos e aos seus atores sociais.

Fontes

Jornal **O Cristão**. Outubro de 1896, ano V, nº 58. Dezembro de 1897, ano VI, nº 72. Outubro de 1898, ano VII, nº 82. Janeiro de 1900, ano IX, nº 97. Março de 1907, ano XVI, nº 184.

Bibliografia

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical** - a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. (Biblioteca Carioca; v. 11).

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados** - o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FUENTES, Baldomero Carqueja ed. **Visitas do Sr. Presidente da República** - Exm. Sr. Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles - em dezembro de 1899 e janeiro de 1900. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

GÓES, Maria Conceição Pinto. **A formação da classe trabalhadora** - movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1971. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

LUZ, Fortunato Gomes da. **Esboço histórico da Escola Dominical da Igreja Evangélica Fluminense** - 1855-1932. Rio de Janeiro, Igreja Evangélica Fluminense, 1932.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar** - Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

ROCHA, João Gomes da. **Lembranças do Passado**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Publicidade LTDA, 1942/44/46/57. Vols. 1 a 4.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES. **São Cristóvão: um bairro de contrastes**. Departamento Geral de Patrimônio Cultural, Turismo e Esportes. Rio de Janeiro, Departamento Geral de Patrimônio Cultural/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991. (Bairros Cariocas; v. 4).

SOUZA, Jessé, Org. **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

_____. **A construção social da subcidadania** – para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TÁTI, Miécio. **O mundo de Machado de Assis** - O Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991. (Biblioteca Carioca; v. 16).

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.